

ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA ENRAIZADA, RECIPROCIDADE E DÁDIVA NA CONSTRUÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FORTALECENDO CAMPO-CIDADE

Lino Trevisan. Professor efetivo da UTFPR / Campus Curitiba; membro da TECSOL;
doutor em Sociologia pela Unicamp.
trevisan@utfpr.edu.br; lintrevisan@gmail.com
GT 1 - Formação em economia solidária e extensão universitária

Resumo: Objetiva-se neste trabalho relacionar alguns pressupostos teóricos que podem contribuir para o projeto de construção da **Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**, em execução pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA) e pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba (TECSOL). Recorre-se aos conceitos de: Economia Solidária desenvolvidos por Singer (2001; 2002), de economia enraizada e reciprocidade delineados por Polanyi (2000; 2012) e ao princípio da Dívida analisado por Mauss (1974). Almeja-se tecer aproximações entre estas noções com o intuito de propiciar suporte à configuração de relações socioeconômicas de cooperação, reciprocidade e interdependência, com o objetivo de contribuir para a construção da Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade.

Palavras-chave: economia solidária; reciprocidade; rede; campo-cidade.

1 - INTRODUÇÃO

A Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Campus Curitiba (TECSOL)¹ está desenvolvendo em parceria com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)² o Projeto de construção da **Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade**.³ O projeto tem como objetivo geral “construir a organização da Rede Estadual de Cooperação Solidária constituída por redes e empreendimentos solidários do campo e da cidade, visando a criação e a ampliação de ações de fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentável e solidário”. Estão envolvidas na construção da Rede Mandala⁴ a Rede de

¹ Lançada oficialmente em 2015.

² Fundado em agosto de 1981 o CEFURIA tem como finalidade fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida.

³ O projeto conta com apoio da SENAES.

⁴ Esse é o nome escolhido para a rede, que foi lançada oficialmente no dia 11 de setembro de 2018, no Auditório da UTFPR, durante a IV Mostra de Economia Solidária, realizada pela TECSOL, de 11 a 14 de setembro de 2018.

Padarias e cozinhas Comunitárias com 19 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a Rede Pinhão de Clubes de Trocas com 05 EES, a Associação da Feira Permanente de Economia Solidária com 09 EES, a Rede de Segurança Alimentar (12 grupos de consumidores), 5 Cooperativas da agricultura familiar e 6 EES que ainda não participam de redes locais.

Um dos objetivos do projeto é a formação continuada em Economia Solidária e fortalecimento da Rede Solidária, prevendo diversas atividades, incluindo a realização de seminários, cursos, oficinas e produção de material. Este trabalho visa abordar alguns pressupostos teóricos que possam contribuir com esta etapa do projeto. Para isso procura-se estabelecer relações e reflexões sobre a noção de Economia Solidária desenvolvida por Singer (2001; 2002), de economia enraizada e reciprocidade delineados por Polanyi (2000; 2012) e o princípio da Dívida analisado por Mauss (1974) e tecer possíveis aproximações com objetivos do projeto, que possam contribuir para a construção da Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade.

2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 – Paul Singer e a Economia Solidária

Paul Singer é uma referência importante nas discussões sobre economia solidária no Brasil. Além de sua contribuição teórica, também militou pela causa e foi responsável pela gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) por mais de uma década (2003 a 2015).

Em "Economia solidária versus economia capitalista" Singer (2001) aponta que a economia capitalista estimula a competição, a livre concorrência, a acumulação e a concentração de capital. A competição, não se limita às empresas, manifesta-se também em outras situações, por exemplo, na disputa por espaços de trabalho. Em outras palavras, para além das ações econômicas, torna-se um modo de agir social, que se manifesta nas diferentes ações dos indivíduos na sociedade, em acordo com a análise desenvolvida pelo sociólogo alemão Max Weber (2004) que a caracterizou como um tipo de racionalidade e mentalidade dominante na sociedade capitalista.

Essa forma de agir contribui para a concentração de capital e a exclusão de parcela considerável da sociedade dos benefícios e dos ganhos resultantes das atividades econômicas. A prática da competição submete os indivíduos à uma situação contraditória,

haja vista que a vida em sociedade, inclusive nas sociedades capitalistas, requer relações de cooperação e solidariedade para que possam se manter e se reproduzir.

Singer aponta que os "pobres", por ficarem excluídos dos resultados da riqueza econômica produzida coletivamente, não tem capital e patrimônio que permita participar do jogo da competição e de obter crédito, para satisfazer as carências que enfrentam, recorrem à solidariedade, para organizar formas alternativas de produção e consumo e, portanto, de vida social. Para isso criam e organizam associações, cooperativas de produção, de consumo e de comercialização. Estas organizações são baseadas em princípios democráticos, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, as relações são baseadas na cooperação e na solidariedade que requer generosidade e desprendimento. Devido à importância da solidariedade com um dos princípios que norteiam estas formas de organização de relações socioeconômicas, denomina-se de economia solidária.

Segundo o autor "a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual" (SINGER, 2002, p. 10). Em que pese que estas formas de organização surjam em função de carências a que estão submetidas parcelas da população, Singer aponta que a economia solidária não deve ser considerada como paliativa ou complementar ao sistema capitalista, mas como outro modo de produção, onde a forma de organização dos empreendimentos e das relações entre os participantes sejam pautadas pelo princípio da solidariedade e não da competição. Sendo assim, "na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas *retirada*, que varia conforme a renda obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas" (SINGER, 2002, p. 12). Ou seja, a forma de administração dos empreendimentos solidários é pautada em princípios democráticos, sobretudo pela autogestão.

A defesa da economia solidária como outro modo de produção tem como um dos argumentos favoráveis a constatação de que a economia capitalista, baseada na liberdade de mercado, não assegura o combate à pobreza (YUNUS, 1997, p. 81, citado por SINGER, 2002, p. 76). De acordo com Singer, nas últimas décadas fortaleceu-se a confiança na economia solidária, que foi reinventada, constituindo-se como um "novo cooperativismo" pautado no "*grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos* e à insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento" (SINGER, 2002, p. 111).

A economia solidária, além de possibilitar suprir carências dos participantes, se fortalece como outra forma de organização das relações de produção e de trabalho pautada

em princípios democráticos e na igualdade entre os membros dos empreendimentos. Com isso a economia solidária torna-se "uma alternativa superior ao capitalismo" não só do ponto de vista econômico, mas por que proporciona às pessoas que adotam esta alternativa, "enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor" (SINGER, 2002, p. 114).

O autor propõe a organização "de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas *racionais* de comportamento" (SINGER, 2002, p. 116). Isso requer mudança de comportamento dos seres humanos, transcendendo as relações econômicas, com vistas à obtenção de uma vida melhor. Em outros termos, busca-se uma outra forma de organizar diversas dimensões da vida dos seres humanos, incluindo mudanças de hábitos, de valores e práticas culturais que supere o capitalismo, para que a economia solidária se transforme em outro modo de produção "teria que gerar sua própria dinâmica" (SINGER, 2002, p. 116). Essa dinâmica precisaria transcender questões econômicas, para, entre outras alternativas, "construir um sistema de geração e difusão de conhecimento, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária" (SINGER, 2002, p. 117).

Isso significa estimular os seres humanos a viver de acordo com os princípios de cooperação, solidariedade, igualdade, democracia e autogestão, ou seja, com princípios e com tecnologias que possibilitem uma forma de organização social e de relações societárias que permitam uma vida melhor. Essa configuração societal pode ser considerado o que Alberto Acosta (2016), denomina como Bem Viver, isto é, uma filosofia de vida que tem origem nas formas de vidas comunitárias ancestrais de povos e que vivem e produzem suas condições de sobrevivência respeitando a natureza, onde a dimensão central deve ser a vida coletiva dos seres humanos em harmonia com a natureza, o que pressupõe a convivência democrática, a autossuficiência e o respeito às diversidades e pluralidades.

2.2 - O conceito de economia enraizada em Karl Polanyi.

Segundo Polanyi (2012) durante um longo tempo na história das sociedades humanas as ações e relações econômicas estavam incrustadas nas redes de relações sociais. De acordo com sua interpretação, nas sociedades denominadas de primitivas ou tribais, por exemplo, o padrão dominante era da reciprocidade, enquanto nas sociedades denominadas de arcaicas, prevalecia a redistribuição. A troca mercantil nos sistemas de mercados como

formas de integração dominante se estabeleceu apenas nas sociedades modernas, sendo relativamente recente na história da humanidade.

Essa forma de organizar e tratar a economia, a desincrustou / desvinculou da sociedade, isto é, a economia deixou de estar a serviço da sociedade, alcançando uma relativa autonomia e promovendo uma inversão, isto é, subordinando a sociedade aos interesses econômicos, provocando não apenas novas formas de relações econômicas mas também novas formas de organização de sociedades, nas quais as atividades econômicas passam a ter primazia sobre a vida das pessoas. Em outras palavras, constitui-se um sistema social em certa medida enquadrado pela economia. Nas palavras de Polanyi "essa engenhoca institucional (...) - economia de mercado - originou (...) a sociedade de mercado" (POLANYI, 2012, p. 52).

De acordo com o autor, a economia de mercado passou a ter primazia sobre as relações sociais, devido ao medo da fome nos trabalhadores e a atração do lucro nos empregadores. Estes elementos estimularam uma racionalidade econômica adequada ao sistema e à sociedade de mercado, funcionando como motivações eficazes para os indivíduos participarem desta forma de organização econômica.

Nessa forma de organização econômica-social o econômico passa a ser concebido de maneira reducionista, sendo interpretado, sobretudo, como economia de mercado e não em sentido substantivo, isto é, como um meio de proporcionar a produção e reprodução da vida humana em coletividade. O autor é contundente a respeito desse reducionismo: "reduzir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana" (POLANYI, 2012, p. 48).

Para o autor esse movimento de inversão, possibilita uma relativa autonomia da economia, que passa a dirigir a vida das pessoas e as formas de organização das sociedades. Pode-se interpretar que para Polanyi a economia de mercado, subverte a finalidade da atividade econômica, que deixa de ser um meio de prover as condições materiais da sociedade, para submeter as formas de organização social aos interesses de acumulação econômica de capital. Dito de outro modo, constituem-se formas de organização social baseadas nos princípios da economia de mercado.

A relativa autonomia do mercado econômico como tendo "vida" pode ser ilustrada por posições de analistas e jornalistas econômicos, que ao comentarem se valem de expressões como "o mercado ficou nervoso"; "o mercado ficou sensível". Ou seja, atribuem ao mercado características de seres humanos que atuam como agentes econômicos,

mascarando interesses e reforçando a interpretação de autonomia do mercado perante a sociedade.

O autor usa o termo econômico para se referir ao processo de satisfazer necessidades materiais, portanto, com um sentido substantivo. Por isso estudar a subsistência humana é estudar a economia que é entendida como um “processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais, é parte vital de toda comunidade humana” (POLANYI, 2012, p. 78).

Fica evidente que essa interpretação da economia é mais ampla que economia de mercado. Para reforçar esse caráter substantivo da economia o autor usa o conceito de economia humana, designando-a como um “processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais” (POLANYI, 2012, p. 81).

Dito em outros termos, pode-se dizer que ao considerar a economia humana como um processo vital para satisfazer necessidades materiais das coletividades humanas, o autor concebe a economia inter-relacionada com outras dimensões da vida social. Uma destas dimensões é a tecnológica, pois segundo o autor a produção é “uma realidade tecnológica da economia substantiva” (POLANYI, 2012, p. 80).

Como mencionado no início da seção, nas sociedades anteriores à capitalista contemporânea a economia de mercado não tinha papel central, predominando relações de reciprocidade e de redistribuição. Nestas sociedades tinham importância significativa as relações familiares, de parentesco e pertencimento ao grupo social (tribo, clã, comunidade ou outra forma de organização social). As relações de reciprocidade constituíam-se em elemento central para as relações de sociabilidade ao estabelecer vínculos entre indivíduos e grupos sociais.

De acordo com o autor “todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três”. (POLANYI, 2012, p. 75).

O princípio da reciprocidade está associado à noção da dádiva analisada por Marcel Mauss que será objeto da próxima seção.

2.3 – A noção da dádiva em Marcel Mauss.

Mauss assinala no texto “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” que nestas sociedades os fatos são muito complexos, pois tudo se mistura, por isso os denomina de fatos ou fenômenos sociais “totais” (MAUSS, 1974, p. 187).

Ao analisar as trocas realizadas entre os Trobriandeses descritas por Malinowski através do *Kula*, Mauss defende que “o sistema das dádivas trocadas permeia toda a vida econômica e moral dos trobriandeses” (MAUSS, 1974, p. 226), pois por meio das dádivas dadas e retribuídas se estabelecem relações econômicas coletivas envolvendo famílias, tribos e clãs, que substituem o sistema de compra e venda. De acordo com o autor, “assim, uma parte da humanidade, relativamente rica, trabalhadora, criadora de excedentes importantes, soube e sabe trocar coisas consideráveis, sob outras formas e por razões diferentes das que conhecemos” (MAUSS, 1974, p. 231).

Em outras palavras, a dádiva possibilita sentidos de comunhão e laços de aliança, estabelecendo um sistema de contraprestações, haja vista que o dar implica em retribuir, o que, por sua vez, pressupõe a consideração de confiança e, portanto, de crédito. O sistema da dádiva permite que se construam e estabeleçam vínculos, fortalecendo formas de organização social orientadas pela coletividade. “Eis, portanto, um sistema de direito e de economia no qual se consomem e se transferem constantemente riquezas consideráveis” (MAUSS, 1974, p. 240).

O sistema da dádiva consiste na obrigação de dar, na obrigação de receber e na obrigação de retribuir. Esse sistema de obrigações põe em circulação objetos e pessoas, que ao mesmo tempo em que estão dando, recebendo ou retribuindo objetos, estão estabelecendo vínculos de obrigações recíprocas, de troca, de comunhão e de cooperação. Todas as atividades produtivas dos seres humanos podem ser inseridas nesse sistema de contraprestações, desde a produção de objetos e produtos necessários à sobrevivência e reprodução da espécie, passando pelos serviços e todas as formas de práticas e manifestações culturais. Nas palavras de Mauss (1974, p. 263),

A circulação dos bens acompanha a dos homens, das mulheres e das crianças, dos festins, dos ritos, das cerimônias e das danças, mesmo a dos gracejos e das injúrias. No fundo, ela é a mesma. Se coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem “respeitos” — podemos dizer igualmente “cortesias”. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* “devem” - elas e seus bens - aos outros.

Os vínculos e obrigações se estabelecem entre os indivíduos ou grupos diretamente envolvidos e também entre gerações. Este princípio de solidariedade permanece, ao menos parcialmente, nas sociedades atuais, seja nas relações familiares quanto em outras instâncias da sociedade. O autor destaca essa permanência ao mencionar que,

Toda a nossa legislação de previdência social, esse socialismo de Estado já realizado, inspira-se no seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro, e, se ele deve colaborar na obra da previdência, os que se beneficiaram de seus serviços não estão quites em relação a ele com o pagamento do salário, o próprio Estado, que representa a comunidade, devendo-lhe, com a contribuição dos patrões e dele mesmo, uma certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte (MAUSS, 1974, p. 296).

Além do mais, outras atividades econômicas, inclusive negociações que se estabelecem no mercado são dependentes, ao menos em parte, de confiança, de ritos, de direitos e outras características que não são necessariamente pautadas pela racionalidade econômica.

Segundo Mauss o sistema de prestações totais é o mais antigo sistema de economia e de direito. Para o autor as sociedades progrediram, ao estabilizar relações entre indivíduos e grupos, o que foi alcançado graças às relações de confiança e de reciprocidade. Os indivíduos, enquanto produtores, nas relações de trocas, trocam mais do que mercadorias, trocam produtos que são resultado de seu tempo de trabalho, portanto, parte do tempo de sua vida, logo é justo que sejam retribuídos por isso. É nisso que se baseia o princípio da dádiva: dar-receber-retribuir. Para reforçar essa ideia menciona-se uma passagem do autor que julga-se significativa: “os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentarem-se, como cavalheiros, em torno da riqueza comum” (MAUSS, 1974, p. 314).

Esta passagem demonstra a necessidade de que todos os membros da sociedade possam ser tratados com respeito e dignidade, como cidadãos (cavalheiros), e em condições de igualdade e comunhão possam sentar-se à mesa, que simboliza partilhar a refeição, os frutos do trabalho, da produção coletiva, partilhando, portanto, a vida vivida coletivamente. Em outros termos, que todos possam viver de acordo com princípios de igualdade, reciprocidade e solidariedade. O conceito de fato social total e a noção da dádiva analisados por Mauss (1974) realçam a interdependência entre todas as dimensões da vida social dos indivíduos e grupos sociais.

A seguir, procura-se tecer aproximações entre as noções de economia solidária, economia enraizada, reciprocidade e dádiva, com os objetivos previstos para a construção da Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade.

3 – ECONOMIA ENRAIZADA, RECIPROCIDADE E DÁDIVA NA CONSTRUÇÃO DA REDE MANDALA⁵

Partindo dos conceitos de economia enraizada e de economia substantiva delineados por Polanyi (2012), e a análise da dádiva realizada por Mauss (1974), interpreta-se que o princípio da reciprocidade é uma dimensão importante a ser considerada no processo de construção da Rede Mandala.

A interpretação Polanyiana a respeito da economia enraizada pressupõe formas de integração econômica e o estabelecimento de configurações de organizações sociais, que considerem as atividades econômicas imersas no conjunto das relações sociais, não possuindo primazia ou autonomia sobre estas. Isso requer uma sociedade verdadeiramente democrática planejada e construída pelos produtores e consumidores.

A concepção de Economia Solidária delineada por Singer advoga que os grupos sociais estabeleçam associações, cooperativas e outras formas de organizações sociais baseadas em princípios como cooperação, solidariedade e autogestão.

Por sua vez, a análise da dádiva desenvolvida por Mauss, demonstra a importância e primazia de relações sociais entre indivíduos e coletividades. Isto é, as práticas de dar-receber-retribuir, são motivadas para o estabelecimento de vínculos e obrigações sociais entre indivíduos e grupos sociais. As formas de organizações sociais e as práticas sociais estão imersas na teia das ações e interações entre indivíduos e coletividades, envolvendo todas as dimensões da vida individual e coletiva. Mauss observa a complexidade das relações sociais ao classificá-las como fenômenos ou fatos sociais “totais”.

Estas perspectivas possuem alguns elementos em comum. Primeiro, a ênfase nas relações sociais, isto é, a interpretação que as trocas econômicas possuem papel secundário diante das relações sociais. Segundo, as relações são baseadas em confiança e credibilidade, que, por sua vez, baseiam-se em conhecimento, prestígio e honra. Estes são requisitos e valores essenciais para que as pessoas e as coletividades estabeleçam relações de reciprocidade, tanto internas quanto externas. Ou seja, tanto nas relações entre os indivíduos

⁵ Daqui por diante utiliza-se o nome “Rede Mandala” para referir-se à Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade.

do mesmo empreendimento ou rede, quanto nas relações entre indivíduos, empreendimentos e redes de empreendimentos que compõem a Rede Mandala.

Para que estes valores sejam partilhados, dependem, entre outras dimensões, da identificação, do pertencimento e do reconhecimento do indivíduo em relação ao grupo e do empreendimento ou rede de empreendimentos em relação à rede das redes. Para que haja confiança e credibilidade, que são princípios bases para a reciprocidade, é necessário a identificação do indivíduo como pertencente a uma coletividade e o reconhecimento, por parte de outros envolvidos na relação, desse pertencimento. É a identificação como integrantes da rede torna-se um princípio importante para que um indivíduo se reconheça e seja reconhecido como pertencente à Rede Mandala. Essa identificação como parte da rede pode ser construída junto com o processo de construção da própria rede, na medida em que possibilita a mobilização de valores e de práticas sócio-econômico-culturais que assemelham um indivíduo aos demais membros da rede.

Estes princípios e valores são importantes para que as pessoas possam estabelecer relações de confiança e de reciprocidade na constituição de relações econômicas solidárias. Tais valores precisam permear tanto as relações internas dos participantes de um empreendimento econômico solidário ou de uma rede de empreendimentos, quanto as relações entre os diversos empreendimentos e diversas redes que compõem a Rede Mandala, incluindo produtores e consumidores, para que os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade possam ser praticados, servindo de fato como orientadores das práticas econômico-sociais solidárias e recíprocas. Em outros termos, os participantes precisam se identificar, se reconhecer e serem reconhecidos como participantes da Rede Mandala e praticantes de uma forma de organização que estimule o desenvolvimento socioeconômico coletivo.

Em outras palavras, a participação na Rede Mandala de Economia Solidária deve ser assumida como forma de integração e coesão social, isto é, como base de configurações sociais que procurem constituir-se de maneira democrática, autogestionária, cooperativas e solidárias, onde as atividades econômicas sejam meios para possibilitar a constituição de formas de convivência coletivas, buscando o bem viver e o bem-estar coletivo. Portanto, deve-se entender a economia em sentido substantivo, isto é, como atividades produtivas que permitam as formas de sociabilidade definidas coletivamente, isto é, como meios para que os seres humanos possam possibilitar sua produção e reprodução social da melhor maneira possível, o que implica em praticar uma economia verdadeiramente política, isto é, que seja politicamente subordinada à forma de sociabilidade e bem-estar coletivo.

4 – CONSIDERAÇÕES

Entre os empreendimentos e redes que estão envolvidos na construção da Rede Mandala, há grupos que desenvolvem iniciativas em Economia Solidária há mais de 20 anos na Região Metropolitana de Curitiba. Entre esses grupos, como mencionado na introdução, existem experiências em panificação, reciclagem, logística, artesanato, comércio justo, produção de alimentos diversos - sucos, vinhos, queijos, orgânicos -, dentre outras atividades. Esses grupos possuem histórias, caminhadas e organizações diversas, mas têm em comum o pertencimento à Economia Solidária e a compreensão que a Rede Mandala será importante para intensificar as relações entre empreendimentos do campo e da cidade e para fortalecer a Economia Solidária no Estado do Paraná.

Pensar a Economia Solidária, e em particular a construção e implantação da Rede Mandala, tendo por base a aproximação com a noção de economia substantiva de Polanyi, e com as noções de reciprocidade e de dádiva é um dos percursos possíveis para alcançar os objetivos. Dito de outro modo, construir a Rede Mandala, tendo como princípio que as atividades econômicas estejam subordinadas a formas de organizações sociais, isto é, como meio que permita a produção e reprodução da vida coletiva em harmonia com a natureza e que possibilite formas de convivência social cooperativas, autogestionárias, justas e solidárias que possibilitem o bem-viver. Considerando a economia substantiva, pode-se entender a Rede Mandala como uma Tecnologia Social, em aproximação com um sentido amplo de tecnologia, como um meio para articular as relações entre os diferentes coletivos envolvidos na Rede, e conseqüentemente, para fortalecer a Economia Solidária no Estado do Paraná.

Isso implica romper com noções restritivas que subordinam a economia, a tecnologia, a educação, entre outras dimensões, aos interesses da sociedade de mercado capitalista. É mister articular os diversos empreendimentos e redes para o desenvolvimento socioeconômico inserido na complexidade das relações sociais, considerando os valores socioculturais, o estabelecimento de vínculos, de relações de trabalho, de processos educativos e de aprendizagem, de troca de saberes e conhecimentos e de práticas culturais, que fortaleçam a identificação e o sentimento de pertencimento, para que todos se reconheçam parceiros da construção de sociabilidades que possam ser interpretadas como “fenômenos sociais totais” (MAUSS, 1974).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1974.

POLANYI, KARL. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Organização Karl Polanyi Levitt; introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SINGER, Paul. Economia solidária *versus* economia capitalista. In: **Sociedade e estado**. vol.16 nº.1-2 Brasília Jun./Dec. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005> 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.